

Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticasFernando Seffner¹**Eixo 18 – Gênero, Sexualidade e Educação****Trabalho Encomendado****Resumo**

O texto deseja plantar um debate: as questões de gênero e sexualidade vêm experimentando um deslocamento que as torna centrais na luta democrática brasileira. De um debate que dizia respeito a minorias e estava vinculado ao campo dos direitos humanos, temos hoje um cenário em que gênero e sexualidade se conjugam com democracia. Parte da luta se transfere de arenas identitárias para a arena política mais geral. O campo da educação foi ganhando importância como terreno de disputa. Para dar conta disso o texto efetua três movimentos. No primeiro etnografa quatro áreas de emergência de polêmicas acerca de gênero e sexualidade na história recente. A partir da descrição dessa emergência nas quatro áreas, num segundo momento efetua um garimpo no período que inicia na promulgação da Constituição Federal em 1988, buscando fios que ajudam a tecer a urdidura dessas emergências. No terceiro movimento do texto se busca analisar algumas conexões que ajudam a entender o tramado das questões de gênero e sexualidade nos enfrentamentos da sociedade brasileira extraindo daí questões para pensar o campo de estudos. Articulam-se conexões entre feminismo, movimentos sociais, cidadania, democracia radical e reconhecimento dentro e fora de zonas jurídicas e legais.

Palavras chave

Gênero, sexualidade, políticas públicas, educação, Brasil, história recente.

1. Gênero e sexualidade emergem em diferentes contextos

Em seu clássico texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Joan Scott comenta que “Uma vez que, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não tem a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos, continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder” (SCOTT, 1995, p. 76). O tempo do gênero e da sexualidade fazendo parte da alta política parece ter chegado. Que consequências isso pode trazer? Em nível global é evidente uma retórica que ao falar de conflito entre civilizações aborda um conflito sexo-gênero entre ocidente e oriente. A pauta global das homossexualidades conflita com pautas locais em gênero e sexualidade, e por vezes nos deparamos com “conquistas” do movimento LGBT de países “avançados” difíceis de entender, como o direito de servir ao exército, quando estas forças armadas têm servido para submeter países a lógica do imperialismo. O tema das migrações está na ordem do dia, e

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. E-mail: fernando.seffner@ufrgs.br

dentro dele avultam as marcas de migrações sexuais transnacionais. O caso brasileiro está repleto de exemplos, e é ele o nosso foco.

Do nosso recente percurso histórico escolho 4 cenários de emergência de gênero e sexualidade para refletir sobre possíveis desdobramentos: 1) a emergência de questões de gênero e sexualidade no momento da declaração de voto quando da sessão de abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff; 2) a presença recorrente de questões de gênero e sexualidade nas rotinas dos alunos das escolas ocupadas em Porto Alegre em 2016; 3) a polêmica acerca da ideologia de gênero e sua retirada do PNE e de planos estaduais e municipais; 4) o debate acerca dos projetos que se intitulam “escola sem partido” com repercussões para os temas de gênero e sexualidade.

A declaração pública de voto (sim ou não) na sessão que decidiu sobre a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 17 de maio de 2016² foi acompanhada, no caso da grande maioria dos parlamentares, por manifestações as mais variadas. Tal característica recebeu grande destaque na mídia não apenas nacional, mas internacional. Os mandatos do PT na presidência da república parecem ter ficado marcados pela proposição de políticas públicas de educação em gênero e sexualidade, o que atçou os fantasmas e o pânico moral de coisas tão fabulosas como “mudar o sexo das crianças nas escolas”, expresso por deputados que assim justificaram seu voto pelo sim:

Delegado Éder Mauro (PSD-PA) “Eu, junto com meus filhos e minha esposa que formamos a família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que crianças troquem de sexo e aprendam sexo nas escola com seis anos de idade, meu voto é sim!”³

Jair Bolsonaro (PSC-RJ) “Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos da Casa: parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em salas de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade. Pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias do Sul, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, por Deus acima de tudo, meu voto é sim!”⁴

² Nesta sessão tivemos votos favoráveis de 367 deputados pela abertura do processo de impeachment (sim), 137 votos contrários (não) e 7 abstenções. Com este placar, o plenário da Câmara dos Deputados considerou aprovado o relatório pró-impeachment e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente da República, Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade.

³ Matéria jornalística da revista Época disponível em <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/perolas-do-domingo-de-votacao-na-camara.html> (acesso em maio de 2016). Como é possível perceber, há ligeiras variações nos modos como a grande imprensa comentou este voto, assim como quase todos os demais.

⁴ Matéria jornalística da revista Época disponível em <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/perolas-do-domingo-de-votacao-na-camara.html> (acesso em maio de 2016).

Os deputados favoráveis ao processo de impeachment portavam cartazes com a frase “Tchau querida”. Vale lembrar que grande número de cartazes nas manifestações populares a favor do impeachment registravam escritos com ataque aos atributos de gênero da presidenta, como “Balança que a quenga cai”. O que faz com que temas de gênero e sexualidade apareçam na hora do voto de impedimento da presidenta, e se colem de maneira tão decisiva nas críticas a seu desempenho enquanto gestora do país? Que caminhos levaram nossos temas de pesquisa e estudo para chegar a estes locais? A sua presença em tais arenas estabelece que novas conexões políticas e de compreensão das questões de gênero e sexualidade? Fiquemos com estas perguntas, enquanto me valho de excertos do diário de campo das observações das escolas ocupadas em Porto Alegre⁵, segundo tópico desta emergência recente, para pensar este espalhamento da presença do gênero e da sexualidade em outra direção:

Retornei hoje a E.E.E.M. Padre Réus para mais uma tarde de conversa com alunos e professores e para assistir uma oficina dos meus estagiários de História. Ao chegar com o carro encontrei o portão de acesso ao estacionamento trancado, e funcionários do departamento de águas e esgoto da cidade lidando com uma obra no meio da área. Os funcionários vieram falar comigo no portão, expliquei que desejava estacionar pois estava trazendo mantimentos para os alunos da ocupação. De imediato o supervisor se virou para um trabalhador braçal, e disse: “vai lá chamar as gurias”.

A roda de diálogo com alunos e alunas das escolas ocupadas mostrou novamente não apenas o protagonismo das meninas, mas uma evidente preocupação com questões de gênero e sexualidade, em particular equidade de gênero e respeito pela diversidade sexual, a atravessar todas as falas⁶. Compareceram delegações de 11 escolas (9 de Porto

⁵ O movimento de ocupação das escolas estaduais gaúchas por estudantes iniciou em 11 de maio de 2016 – ocupação da E.E. Emílio Massot em Porto Alegre – e teve seu final em 23 de junho de 2016 quando, fruto de acordo entre o CEI Comando das Escolas Independentes e a SEDUC Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, os estudantes de cerca de 20 escolas remanescentes encerraram as ocupações, entregando os prédios as direções ou a representantes da SEDUC. Ao longo de todo o período o pesquisador percorreu escolas, organizou encontros com estudantes e colheu depoimentos, além de assistir assembleias de alunos tanto nas escolas quanto no fórum de escolas ocupadas, em Porto Alegre e em Cachoeirinha. Embora uma contabilidade um tanto controversa e de difícil verificação, pode-se afirmar que o número de escolas ocupadas no estado chegou em torno de 160, envolvendo a capital, região metropolitana, importantes cidades pelo interior e mesmo algumas cidades menores. Com o encerramento do movimento nas escolas estaduais o pesquisador acompanhou a ocupação do Colégio de Aplicação da UFRGS, que iniciou em 15 de junho de 2016, com pauta de reivindicação também ligada a exigência de qualidade na educação, bandeira comum a unificar todas as ocupações.

⁶ A Faculdade de Educação da UFRGS promoveu uma roda de diálogo com os estudantes das escolas ocupadas no dia 27 de maio de 2016, sexta-feira, das 18h30min até 21h30min. Embora a data estivesse entre um feriado (Corpus Christi) e um sábado, o evento lotou completamente. Cada participante do público contribuiu com 1 Kg de alimento não perecível ou material de limpeza ou manta/cobertor para ajudar nas ocupações, e foi feito um rateio entre as escolas presentes. Ao final parte dos alunos foi levada de volta as escolas em um veículo da UFRGS, e parte em carros dos professores da Faculdade de Educação. Esta atividade fez parte do projeto

Alegre, uma de Cachoeirinha e uma de Esteio, cidades da região metropolitana). Foram para o palco 10 representantes, dos quais 8 eram meninas. Cada delegação escolheu quem iria ficar no palco, não houve nenhuma interferência nossa. Um menino que representava a escola de Cachoeirinha, muito tímido, não quis ficar no palco, e então falou da plateia. Cerca de meia hora depois de iniciada a roda de diálogo, um menino que estava no palco sentiu-se um pouco mal (vale dizer que o auditório estava absolutamente lotado, e havia uma “energia” no ar, fruto das falas e manifestações, e o menino me abordou e disse que estava “um pouco tonto e enjoado”), e pediu para ficar sentado na plateia, sendo de imediato substituído por uma menina de sua escola. Com o desenrolar do diálogo, muitos alunos e alunas foram subindo ao palco para responder questões ou complementar respostas, sentando no chão ao redor das cadeiras onde estavam os representantes das suas escolas. Fruto deste movimento um tanto espontâneo, o número de meninas no palco chegou a mais de dois terços do total, e elas claramente dominaram todas as intervenções e respostas. Ao narrar a organização cotidiana nas ocupações e a distribuição das tarefas, foi afirmada a equidade de gênero, inclusive nas ações de segurança e enfrentamento da polícia. A E.E.E.F.M. Paula Soares, localizada no mesmo quarteirão do Palácio Piratini (sede do governo estadual), já foi objeto de duas ações policiais da Brigada Militar na tentativa de desalojar os estudantes. As meninas que representavam a escola discorreram sobre as negociações e enfrentamento com os brigadianos de um modo muito incisivo. Ao discorrer sobre a organização dos dormitórios, um menino que representava a E.E.E.F.M. Costa e Silva (rebatizada por eles de Escola Edson Luis⁷) explicou que os dormitórios inicialmente eram separados meninos e meninas, mas que a conversa durante a noite, e mesmo o frio, haviam levado a uma assembleia em que os meninos perguntaram as meninas se elas não se sentiriam constrangidas se todos dormissem em um mesmo dormitório. Tal questão levou a um debate sobre o machismo, o sexismo, as atitudes grosseiras dos meninos em relação as meninas no cotidiano escolar, e ficou firmado um compromisso de se evitar estas manifestações, com o que os dormitórios foram então unificados. O respeito pela diversidade sexual apareceu em diversas falas, com explícitas condenações da homofobia.

Educação pela Experiência Democrática, criado pela Faculdade de Educação para acolher temas da conjuntura política atual, e no qual o pesquisador é um dos coordenadores.

⁷ Refere-se a Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista que foi assassinado por policiais militares em março de 1968, quando tinha 18 anos de idade, durante confronto em torno do restaurante Calabuço, na cidade do Rio de Janeiro. Notícia e foto da ação de mudança de nome na escola podem ser vistas em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/05/governo-do-rs-recebe-professores-e-grupo-protesta-em-frente-secretaria.html> (acesso junho 2016)

Hoje pela manhã bem cedo fui visitar a E.E.E.F.M. Agrônomo Pedro Pereira, pois queria pegar os alunos ainda no café da manhã, e levantando da cama, bem como assistir mais tarde uma oficina dos meus estagiários. As meninas da escola fundaram ontem um coletivo feminista. Uma delas ficou me falando sobre Frida Kahlo, e que seria legal dar o nome dela ao coletivo. Perguntei a ela de onde sabia isso, ela disse que era da internet, conheciam fotos da Frida Kahlo, falou que ela usava bigodes, que tinha se envolvido na luta das mulheres, e que todas as meninas da ocupação gostavam das pinturas dela, inclusive as meninas evangélicas.

Hoje estive mais uma vez no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, e pude conversar com calma com as meninas do grêmio estudantil, que coordenam a ocupação. O grêmio estudantil desta escola é composto apenas por meninas. Segundo uma delas, quando foi feita a eleição havia dois meninos em cargos menores, mas eles não participavam nunca das reuniões, “então a gente trocou eles por duas meninas”, me disse uma delas, na maior naturalidade, “e agora temos participação completa nas reuniões”.

As ocupações das escolas no Rio Grande do Sul se deram a partir de forte reivindicação pelo direito a uma educação de qualidade, princípio constitucional manifesto. Desta forma, cada escola elaborou uma pauta de necessidades, em geral ligadas a precariedade dos prédios e das instalações, falta de merenda escolar adequada, falta de professores nomeados, resolução do problema de professores formados em uma disciplina lecionando outras disciplinas em caráter precário, falta de atividades extraclasse, pobreza de acervo nas bibliotecas, ausência de segurança no entorno escolar implicando vulnerabilidade dos alunos e professores e acarretando abandono do ano letivo, atraso nos repasses das verbas trimestrais feitos pela SEDUC as escolas. Na fala dos estudantes era perceptível a conexão entre estas necessidades, a oferta de uma educação de qualidade e a esperança deles de prosseguir os estudos com ingresso nas universidades, demonstrando claramente conhecimento de mecanismos como cotas e financiamento de vagas em universidades privadas para alunos com perfil socioeconômico de pobreza⁸. Ao lado destas pautas chamadas pelos estudantes muitas vezes de “pautas internas” ou “questões de cada escola” (e que em verdade eram todas muito parecidas, variando apenas em detalhes de nomeação), havia uma pauta mais geral, por vezes chamada de “pauta política” nas assembleias das escolas. Esta pauta envolvia centralmente dois elementos: a luta contra o projeto conhecido como “projeto de privatização das escolas”⁹

⁸ Nas conversas com estudantes ficou sempre muito visível que a presença, no círculo familiar ou de vizinhança, de conhecidos – seus iguais – que haviam conseguido ingressar recentemente na universidade pública via cotas, na universidade privada via financiamento ou em cursos de tecnólogos em institutos federais constituía um poderoso estímulo a fazer ver que essa possibilidade também existia para eles, mas que dependia da oferta de uma educação de qualidade na escola onde estudavam.

⁹ Projeto de Lei 44, de 2016, enviado pelo executivo estadual, que tramita em caráter de urgência, tratando da possibilidade de repassar a administração das escolas para a iniciativa privada, por meio das chamadas OS, organizações sociais. A tramitação do projeto pode ser vista em

e as denúncias contra o projeto da escola sem partido no Rio Grande do Sul¹⁰. Questões políticas mais gerais do país, em particular ligadas ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff, tiveram expressão muito marginal nas manifestações dos estudantes, que claramente não desejavam vincular as ocupações das escolas com estes temas¹¹.

Com isto se percebe que nas pautas tanto “internas” quanto “políticas” temos uma ausência dos temas de gênero e sexualidade. Ato de grande repercussão dos estudantes também não falou desse tema¹², bem como suas declarações ao final do movimento¹³ não tocam em questões de gênero e sexualidade. Mas as questões de gênero e sexualidade estiveram fortemente presentes na organização de seu cotidiano de vida nas escolas ocupadas, conforme salientado nas impressões de diário de campo acima. E em todas as escolas visitadas havia cartazes contra a retirada dos temas de gênero e sexualidade do currículo escolar – contra o que vem sendo denominado de “ideologia de gênero” – bem como chamadas para oficinas de gênero, de feminismo, rodas de conversa sobre machismo, preconceito contra pessoas LGBT, valorização da diversidade, criação de coletivos feministas. Gênero e sexualidade disseram mais respeito aos modos como alunos e alunas se produziram enquanto jovens vivendo nas escolas ocupadas, um traço importante das culturas juvenis que ali se expressaram, do que se colocaram como bandeiras de reivindicação. O feminismo das jovens protagonistas das ocupações mostrou um aspecto vivencial muito forte. Reproduzo aqui longa citação do diário de campo, desta vez omitindo o nome da escola, por conta de processos de apuração em andamento, tanto do ministério público estadual quanto da própria secretaria de educação:

Pelos corredores da escola X há uma enorme exposição de desenhos feitos por alunos e alunas. A atividade consistiu em recortar o contorno do corpo de cada um, em tamanho natural, em papel pardo. Depois, com muito uso de cores, colagem de diferentes elementos e escritas curtas, os corpos estão repletos de frases que tratam de homofobia, racismo, sexismo, machismo. Todos os corpos estão assinados, há nome completo do aluno ou aluna e turma. Há frases fortes especialmente nos corpos das meninas, denunciando medos, agressões, xingamentos, elogios que escondem objetificação da mulher e denúncias de situações

<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/44/AnoProposicao/2016/Origem/Px/Default.aspx> (acesso julho 2016)

¹⁰ Projeto de Lei 190 de 2015, de proposição do deputado Marcel van Hattem, que cria o Programa Escola Sem Partido no Rio Grande do Sul. A tramitação do projeto pode ser acompanhada em

<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=190&AnoProposicao=2015&Origem=Dx> (acesso julho 2016)

¹¹ O presidente interino Michel Temer assumiu em 12 de maio de 2016, as escolas começaram a ser ocupadas em 11 de maio de 2016, um dia antes, o que gerou inicialmente considerações na imprensa sobre esta relação de causa e efeito, que foi negada pelos estudantes tanto no momento quanto na prática e manifestações deles ao longo de todo o período.

¹² A repercussão do ocupação que os estudantes fizeram na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pode ser conferida em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/06/grupo-de-estudantes-ocupa-saguao-da-assembleia-legislativa-do-rs.html> (acesso junho 2016)

¹³ Notícias do encerramento das ocupações podem ser vistas em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466708749_682715.html e em <http://www.sul21.com.br/jornal/estudantes-devem-desocupar-escolas-ate-quinta-nao-vamos-parar-de-lutar-so-porque-acaba-a-ocupacao/> (acesso junho 2016).

de estupro, algo que lembra um pouco os escritos das marchas das vadias. Variações da frase “bela, recatada e do lar” são encontradas em vários dos corpos, inclusive nos corpos do meninos, efetivamente esta frase virou um *meme* social. Há frases acerca da homofobia e da discriminação contra a população LGBT em cartazes de alunos gays assumidos. Não há como percorrer os três corredores principais da escola sem ficar um tanto impressionado com os corpos, inclusive pelo tamanho natural deles, lado a lado, ao longo das paredes, cobrindo todos os espaços. Toda esta movimentação se vincula a denúncias feitas por alunas da escola de situações de abuso e assédio sofridas por elas por parte de alguns professores. Algo dessa polêmica repercutiu na comunidade do facebook intitulada Meu Professor Abusador, onde são postadas denúncias por vezes com citação quase explícita de nomes das pessoas e das escolas, e onde o número de casos do Rio Grande do Sul é notável. Há certa boataria na escola acerca de vídeos ou gravações feitas em celulares, que comprovariam as tentativas de abuso, mas não vi nenhum desses materiais nem falei com ninguém que tivesse visto ou tivesse a posse de algum destes materiais. Esse não foi um tema fácil de conversar com alunos e alunas, mas depois de algumas visitas na escola foi possível perceber certa cronologia dos acontecimentos. Estimuladas pelo movimento que vem crescendo de denunciar situações de abuso sofridas por alunas por parte de seus professores, algumas alunas da escola declararam que também isso havia acontecido na escola, citando nomes de professores e situações, eventualmente nomes de colegas alunos. A reação inicial de professores e professoras foi de negar, e muitas vezes de colocar a responsabilidade do ocorrido nas próprias meninas, estratégia recorrente neste assunto. Conversando com muita gente na escola, foi possível perceber que inicialmente as professoras mulheres da escola também fizeram críticas a estas alunas. Mas depois de algumas semanas, de modo surpreendente, algumas professoras relataram que haviam sofrido abuso, na forma de insinuações, propostas, assédio, coisas do gênero, por parte de alguns de seus colegas professores. A situação é toda ela muito delicada, e os próprios alunos são econômicos em comentar, ainda mais por conta de um processo de averiguação que corre na escola, tanto por parte do ministério público estadual quanto da própria secretaria de educação. Mas não deixa de ser surpreendente que a partir do movimento inicial, feito pelas meninas do ensino médio, algumas professoras tenham criado coragem e também se manifestado, não apenas apoiando a causa das meninas, mas relatando situações vividas por elas mesmas. Apareceu aqui uma cumplicidade de interesses entre mulheres jovens e mais velhas, alunas e professoras, em torno de um problema comum. É de se imaginar como vai ser o clima na escola quando a ocupação terminar, e as aulas voltarem ao normal, com todo mundo se encontrando nos corredores e salas de aula, e as averiguações andando, e estes cartazes de corpos por todo lado.

A terceira área de emergência está dada pelo movimento nacional que buscou retirar dos planos de educação – municipais, estaduais e também do plano nacional de educação – as menções a gênero e sexualidade, mas mais fortemente a gênero. Tal movimento ficou conhecido pelo nome de movimento contra a “ideologia de gênero”, e esta expressão adquiriu uma conotação predominantemente negativa no país, terminando por englobar de modo um tanto confuso também as noções de sexualidade. Grupos conservadores de variados matizes passaram a enxergar em qualquer abordagem de gênero a temível “ideologia de gênero”, como se também não fosse ideologia o discurso que professam na condenação do gênero. Tal movimento iniciou com forte expressão em 2014 e atingiu seu ápice em 2015, sempre em sintonia com a elaboração e votação dos planos de educação¹⁴. Em linhas gerais a polêmica em todas as unidades da federação e no nível federal seguiu o mesmo caminho: tentativa de eliminação de expressões que nomeavam de modo claro as desigualdades que deveriam ser combatidas pela ação educacional, dadas em formulações como “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” ou tentativa de sua substituição por formulações genéricas do tipo “promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação”. O movimento conhecido por ser contra o que chamou de ideologia de gênero não propunha a inclusão explícita de nada nos planos, apenas a supressão dessa nomeação dos marcadores sociais da diferença, mais fortemente gênero e sexualidade, mas atingindo também raça, região, geração. Mas a supressão dessa nomeação ao combate da desigualdade em gênero e sexualidade reinstala no seio dos processos educacionais a naturalização dos tradicionais modos de ser homem e de ser mulher, bem como naturaliza a instituição da família como modo único de viver afetos, amores e reprodução biológica estritamente entre homens e mulheres, ou melhor, biohomens e biomulheres, aqueles nascidos biologicamente homens e mulheres, e que desejam viver segundo a heteronormatividade.

Rastreamento de falas e documentos do movimento contra a ideologia de gênero percebe-se também uma centralidade na categoria identidade de gênero, tomada pelos atores sociais desse movimento como uma “invenção” de educadores progressistas/feministas no sentido de fazer crer que o gênero “é algo escolhido”. A isso os atores sociais desse movimento opõem certa noção que deriva as identidades ou preferências em gênero e sexualidade de elementos tidos como naturais e visíveis: a configuração da genitália e outros elementos corporais, a ação dos hormônios que dão vida a desejos sexuais biologicamente explicados e portanto naturais, ao código genético que ao fim e ao cabo ditaria a pertença sexual e de gênero de cada um, não deixando margem a dúvidas. Qualquer desvio disso deveria ser contido, corrigido por cirurgia ou tratamento psicológico ou com medicação, ou simplesmente tolhido, impedindo sua expressão pública. Vai daí um evidente temor de que a ação pedagógica nas escolas possa embaralhar estas certezas, fornecendo as crianças e jovens caminhos ditos como “não naturais”, fruto de influência justamente da ideologia de gênero. Conforme já amplamente tratado na literatura acadêmica que pesquisa gênero e sexualidade, é interessante

¹⁴ Para se ter uma ideia da situação no meio do ano de 2015, período de finalização de uma das etapas de aprovação dos planos estaduais de educação, veja-se a notícia <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml> (acesso dezembro 2015)

perceber que estes atores sociais defendem a manutenção de um processo natural, pautado em evidências biológicas e operando claramente com a noção de destino manifesto da sexualidade e do gênero, mas por outro lado não parecem muito seguros da eficácia do dito processo natural, pois temem de modo vigoroso qualquer debate que venha a excitar corpos, mentes e sujeitos na direção de outras experimentações.

O quarto e último campo de emergência dos temas de gênero e sexualidade que escolhemos analisar neste apanhado do contemporâneo diz respeito ao movimento que ficou conhecido nacionalmente como “escola sem partido” ou “escola livre”. Mais uma vez, um movimento caracterizado pela estratégia da subtração: visualiza algo que está presente na escola, e busca sua retirada, sem exatamente propor a inclusão explícita de outra coisa. No caso deste movimento a retirada proposta pelo mote “escola sem partido” reinstala certa visão de que a educação é um processo eminentemente técnico, que seria mais bem realizado na ausência de discussões políticas, em um ambiente de neutralidade. Tal visão fica clara ao examinar detalhes da proposição que ora tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de autoria do deputado Marcel van Hattem:

Art. 1º. Fica criado, no Estado do Rio Grande do Sul, o "Programa Escola sem Partido", no âmbito do ensino público ou privado, atendidos os seguintes princípios:

I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

IV - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;

VI - direito dos pais a que seus filhos menores recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Para o tema que interessa a este artigo, é o item VI que merece atenção, pois ele atrela a educação escolar aos valores morais das famílias, não atentando para o fato de que o ingresso da criança na escola pública é seu ingresso em um ambiente de circulação de diversos códigos morais, aos quais se deve conhecer, e aprender a respeitar desde que não violem a legislação vigente. A ideia de que a educação escolar é uma continuação da educação familiar, e de que a professora é uma segunda mãe, estão manifestas nesse modo de compreender as coisas. O projeto apresentado no Rio Grande do Sul (como de resto os demais projetos apresentados em estados e municípios pelo país afora) guarda semelhança com aquele que tramita na Câmara Federal, de autoria do deputado Izalci Lucas Ferreira, sob o número Projeto de Lei 867 de 2015¹⁵. No texto de justificativa deste projeto ficam evidentes as preocupações com gênero e sexualidade:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos

¹⁵ A tramitação deste projeto pode ser acompanhada em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Todos os projetos examinados se originam da proposição feita pelo movimento Escola Sem Partido, cujas ideias e percurso de ações podem ser vistos em <http://www.escolasempartido.org/> (acesso junho 2016)

estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

[...]

14 - No que tange à educação moral, referida no art. 2º, VII, do projeto de lei, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, vigente no Brasil, estabelece em seu art. 12 que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”;

15 - Ora, se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos;

16 - Finalmente, um Estado que se define como laico – e que, portanto deve ser neutro em relação a todas as religiões – não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é em regra inseparável da religião;

17. Permitir que o governo de turno ou seus agentes utilizem o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade é dar-lhes o direito de vilipendiar e destruir, indiretamente, a crença religiosa dos estudantes, o que ofende os artigos 5º, VI, e 19, I, da Constituição Federal.

(FERREIRA, 2015)

As conexões entre moral e religião, e a manifesta impossibilidade de que se possa ter uma moral republicana, constituem uma questão forte da argumentação. Não deixa de ser interessante que a argumentação fala em estado laico, mas dali não deriva as noções de liberdades laicas, ética republicana, espaço público e suas conexões com o exercício da tolerância e do respeito a diversidade. Religião e família parecem constituir as únicas fontes para o estabelecimento de princípios morais, e vale dizer que postas assim, no singular, ou seja, uma dada religião, que fica sempre suposta como a católica, e uma dada família, sempre suposta a família monogâmica heterossexual. Conforme Nicolazzi (2016):

Estamos diante de uma projeção do espaço familiar, ou seja, do âmbito privado, sobre o ambiente amplo da sociedade, onde a dimensão pública deve prevalecer como condição fundamental para as discussões sobre o bem comum e sobre a justiça social. Em outras palavras, o que tais projetos pretendem é realizar um esvaziamento da dimensão pública do ensino e, conseqüentemente, a suposta despolitização da prática educacional. O ensino e a aprendizagem demandam, mesmo em escolas privadas, a existência desta dimensão, que existe através do livre diálogo entre professor e aluno, bem como da liberdade de atuação

dentro do espaço escolar. Conhecer é um ato social, não simplesmente uma faculdade biológica; ele pode e deve ser partidário, mas jamais será “neutro”. Afinal, como seria possível definir o projeto educacional de um país a partir da noção vaga e enganosa de “neutralidade”? A própria escolha pela educação já é uma opção política.

De modo simultâneo tramita na Câmara Federal o projeto que originalmente recebeu o número PL 7180 de 2014, de autoria do deputado Erivelton Santana, que propõe de modo direto a precedência dos valores de ordem familiar sobre aqueles da educação escolar, implicando assim alterações ao artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996):

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art. 3º

XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.”

(SANTANA, 2014)

A redação proposta deixa entrever certo ar de “acusação” aos modos pelos quais os temas de gênero e sexualidade têm sido tratados no âmbito escolar, ao alocar lado a lado a estratégia consagrada desde muito tempo dos temas transversais – pautados pela primeira vez ainda na presidência de Fernando Henrique Cardoso – com a expressão “técnicas subliminares”. As ditas técnicas subliminares são algo que no senso comum se aproxima da sedução, da lavagem cerebral, dos modos pelos quais alguém é convencido a fazer algo pelo uso da malícia, da manipulação pouco consciente, do apelo a argumentos não racionais e ao vasto mundo das sensações e prazeres do inconsciente. Frente a esta onda de movimentos que visam incidir sobre as políticas públicas de educação propostas pelo governo federal, em maio de 2016 o Ministério da Educação (MEC) lançou nota oficial acerca dos cerceamentos que vinham se agigantando em relação a autonomia universitária, autonomia docente e princípios consagrados tanto na Constituição de 1988 quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.¹⁶ O teor da note permite perceber a centralidade que tem a escola pública brasileira atualmente no desenho de muitas políticas públicas no Brasil, argumento que vamos retomar nas considerações finais desse texto.

¹⁶ Para ter acesso a íntegra do documento do MEC veja em http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=35841%3Anota-publica-sobre-tentativas-de-cerceamento-dos-principios-e-fins-da-educacao-brasileira&catid=211&Itemid=86 (acesso junho 2016)

2. Elementos do passado recente ajudam a entender essas emergências

A proposta neste tópico é buscar alguns elementos no período histórico mais longo, iniciado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Não há como esgotar a trama, interessa tomar alguns elementos dela. O primeiro é verificar que todo o processo que politiza os temas do gênero e da sexualidade, em particular no campo da educação, guarda conexões importantes com o regime democrático. E os momentos de democracia na história brasileira são muito restritos. Os curtos períodos democráticos no Brasil podem ser situados entre 1945 e 1964 e o atual que inicia em 1985 (de modo muito tímido com eleições indiretas e morte do presidente eleito antes de assumir o cargo) e vige até 2016, num total de 50 anos somados os dois momentos. O período 1930 a 1937 é de difícil classificação, pois tivemos eleições constituintes em 1933 e eleição indireta para presidente em 1934, confirmando Getúlio Vargas no cargo, mas tudo se deu sob um estado autoritário, e que logo derivou na ditadura do Estado Novo. Mas vamos nesta contabilidade otimista considerar este um período democrático, também pelo fato de que o Código Eleitoral de 1932 concedeu, embora com muitas restrições, o direito de voto as mulheres, que o exerceram logo em 1933 pela primeira vez, além da promulgação de outras políticas públicas de impacto na densidade democrática, típicas do período varguista. Somados então estes três momentos, temos um total de 57 anos de democracia numa história de 516 anos, o que nos dá uma percentagem de 11% para que se tenha uma dimensão mais clara da brevidade.

O período que se inaugura mais fortemente em 1988 com a proclamação da Constituição Federal e vem até os dias de hoje é sem dúvida um largo período democrático, considerando a cronologia brasileira. Uma de suas marcas fortes é a politização de muitos temas que estavam “naturalizados” na paisagem social brasileira, como o racismo, a desigualdade de gênero, a violência de gênero, os direitos da população LGBT, a desigualdade regional, o pertencimento religioso. Este período de ampliação da participação popular nestes temas todos experimenta agora uma conjuntura de cerceamento. Não há como saber com clareza o que temos pela frente hoje, mas há muitos elementos que permitem avaliar que novamente a democracia ficou restrita, que sofremos um processo de golpe e não de impedimento, que há algo de regime ditatorial no ar, o que se verifica pela extrema violência das polícias e pela criminalização dos movimentos sociais, processo que avança com vigor e que teve na aprovação da chamada Lei Antiterrorismo (13.260/2016) pela presidenta Dilma Rousseff um marco legal importante¹⁷. Em sintonia com isso temos uma derrubada de muitas conquistas de inclusão das últimas décadas. Talvez não estejamos encerrando um período democrático, mas certamente estamos lhe retirando muito da densidade democrática (SANTOS & AVRITZER, SD) e isso vem com boas doses de conservadorismo político e moral, com reflexos nos temas de gênero e sexualidade. Por conta disso é possível perceber que esse momento de restrição da democracia vem acompanhado de um recrudescimento na discussão dos temas da moral e dos costumes, o que em parte nos mostra que estes temas passaram nas últimas décadas a

¹⁷ Ao final do período de ocupação das escolas públicas no Rio Grande do Sul temos um total de 43 alunos com processos na polícia federal, processos estes já claramente amparados na chamada lei antiterrorismo. Estamos começando a viver um período em que as manifestações populares podem ser enquadradas como atos terroristas.

fazer parte da discussão acerca da densidade democrática do país, nesta migração que assinalamos em que os temas passam de uma esfera mais ligada a políticas identitárias para o debate nas grandes arenas políticas.

Em outro recorte, é possível perceber que os três períodos de democracia no Brasil foram marcados por grandes avanços em termos das políticas públicas de educação, e foram também momentos de campanhas que sacudiram a sociedade com temas de educação, como aquela do direito à alfabetização liderada por Paulo Freire nos anos anteriores a 1964, e que resultaram na sua prisão e posterior exílio. Situamos o período de avanço progressista atual em políticas públicas de educação com a Constituição Federal de 1988, denominada de “Constituição Cidadã”. Aqui temos um fio histórico importante. É com a Constituição Federal de 1988 que o Brasil insere no texto da lei uma das mais importantes marcas republicanas: a escolaridade pública obrigatória. A constituição de 1988 foi a primeira a estabelecer em nossa história a obrigatoriedade do ensino fundamental, comprometendo-se também com a progressiva universalização do acesso ao ensino médio, afirmada com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, de implantação progressiva até 2016. Numerosos decretos posteriores trataram de questões conexas a este princípio constitucional, mas o rumo da inclusão de todos e todas na ensino fundamental e também no ensino médio foi mantido ao longo dos anos. O sistema de cotas e a ampliação da rede universitária pública junto com o financiamento de vagas em instituições privadas provocou também no ensino superior um acesso de jovens cujos pais não tinham vivido isso.

O impacto da obrigatoriedade não é pequeno. Por um lado, ele sinaliza um traço republicano de grande importância. Basta ver que na maioria dos países a conquista do regime republicano veio acompanhada da obrigatoriedade de comparecimento dos jovens à escola republicana, estatal e laica. Isso acontece nos países vizinhos. Na Argentina (com destaque para a presidência de Domingo Faustino Sarmiento de 1868 a 1874 e com a lei da obrigatoriedade em 1884), no Uruguai (lei da educação comum de 1877), no Chile (é de 1860 a Lei Geral de Instrução Primária já garantindo ampla cobertura e de 1920 a obrigatoriedade da educação primária). Pode-se afirmar que os brasileiros tiveram que aguardar praticamente 100 anos de república (1889 a 1988) para então colocar no texto constitucional esta importante marca republicana. Por outro lado, a obrigatoriedade logo produziu efeitos, com a inclusão de todos e todas na escola fundamental, e amplo acesso ao ensino médio. Esse forte componente de inclusão ajuda a explicar a diversidade de gênero e sexualidade que hoje habita a escola pública brasileira, ao lado da diversidade de cor da pele, pertencimento religioso, agregado familiar, vinculação partidária, geração, necessidades especiais.

Um segundo fio importante é acompanhar o fortalecimento dos movimentos da sociedade civil, em especial o crescimento do feminismo e seu impacto nas políticas públicas; o crescimento do movimento LGBT com a conquista de inúmeros direitos e a estruturação de um potente movimento de luta contra à AIDS, com forte impacto e financiamento nas políticas públicas de gênero e sexualidade. Um terceiro fio foi o crescimento de políticas e programas ligados aos direitos humanos, embora sempre enfrentando forte oposição de

grupos ligados as polícias e ao exército. Todas estas ações, conjugadas, promoveram importantes aproximações entre as pautas de gênero e sexualidade e as discussões mais gerais sobre democracia. Em verdade, pautas identitárias de gênero e sexualidade rimarem com democracia é algo novo na política brasileira.

3. Pensar os temas de gênero e sexualidade no momento político atual

A manutenção de ações que buscam a equidade em gênero e o respeito a diversidade de orientação sexual se encontra sob ameaça na atual conjuntura política brasileira. Mas vale lembrar que as agendas em gênero e sexualidade do país estão fortemente tensionadas por cruzamentos entre o nacional e o global, fruto de acordos e relações que o país vem mantendo nas últimas décadas em fóruns internacionais, com bastante destaque¹⁸, bem como pela vigilância dos movimentos sociais. Na área dos direitos humanos, na área da luta contra a AIDS e na garantia de direitos para as populações LGBT o país participa de acordos globais e tem compromissos recíprocos. Em nível nacional as últimas décadas permitiram inserir em numerosas políticas públicas e em metas de desenvolvimento as questões de gênero e sexualidade. Todo este conjunto de ações, proposições, metas e discursos está experimentando reveses. A palavra do momento é resistência. A sensação de que muito do que foi conquistado pode ser perdido habita grande parte dos pesquisadores e ativistas em gênero e sexualidade. Buscar saídas é uma tarefa necessária, e isso traz implicações também para o campo da pesquisa em gênero e sexualidade. Parte do sucesso do jogo de resistência pode ser medido pelas inúmeras vezes em que o governo interino foi obrigado a recuar em medidas já anunciadas, e fez não por conta de pressões partidárias, mas de movimentos sociais de variado tipo.

Um dos traços de resistência assinalamos no início do texto: insistir na vinculação das questões de gênero e sexualidade com a ampliação do regime democrático no Brasil. Esse horizonte está posto inclusive pelo campo conservador, que busca diminuir nossa densidade democrática pelo cerceamento das propostas de inclusão: inclusão de pessoas, de temas de estudo e pesquisa, de políticas públicas, de garantias de acesso e permanência no regime escolar e acadêmico. Do ponto de vista do ativismo isso implica migrar de muitas demandas identitárias para conexões mais amplas, e apostar na interseccionalidade como recurso teórico e político. Tomar como tema de estudo e ativismo a mistura de medo e ódio que circula na sociedade é outro ponto. Politizar a luta contra o preconceito de gênero e sexualidade implica estar armado com um conceito que vincula luta contra o preconceito com luta pela ampliação da democracia e mudança social:

Pedir a alguém que abandone seu preconceito e os comentários maliciosos é pedir que essa pessoa deixe, em parte, de ser, ou pelo menos de ser como imaginou até então. A reação de um preconceituoso

¹⁸ Vale lembrar que o Brasil foi chamado a presidir a 60ª sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres nas Nações Unidas, ocorrida em março de 2016, maiores informações em <http://www.unwomen.org/en/csw/csw60-2016/official-meetings> (acesso junho 2016)

ao questionamento do seu preconceito é, em geral, muito exaltada. Sua irritação não é apenas narciso contrariado, mas apego a um universo que ameaça ruir. Não é uma reação só de discordância, mas de mobilização pela sobrevivência, pela sobrevivência do mundo como era até então. Exigir que um racista ou homofóbico pense e atue de forma distinta é pedir que ele recomece seu mundo de outro patamar. Naturalmente, a resistência é enorme. Uma ideia preconceituosa é uma Bastilha: sua queda simboliza muita coisa. Mudar uma cabeça é como cortar uma cabeça. A guilhotina da razão é pesada, e seu alvo vai espernear. (KARNAL, 2016, p. 93)

A luta contra o preconceito é tanto política quanto acadêmica. Os atores sociais que trazem constantemente para o debate público a questão da “ideologia de gênero” em parte ajudam a mostrar que estas questões de gênero têm dimensão histórica e política. Ou seja, em parte se movem no território que nós mesmos traçamos nas últimas décadas. No debate deste tópico tem sido possível trazer a público os dados que mostram a extrema desigualdade de gênero no país, acompanhada de dados não menos preocupantes acerca da violência de gênero. Mostrar que gênero é um marcador social que implica discriminação e violência para certos grupos populacionais tem sido trazido ao debate, e pode ajudar a pensar pesquisas animadas pelo referencial da interseccionalidade, bem com ações de ativismo político. O cotidiano das ocupações nas escolas nos mostrou que este é um tema importante para as culturas juvenis. Paira no ar um discurso de que a crise que estamos vivendo não é apenas de ordem econômica e política. Ela é uma crise de valores morais, éticos e de representação política em geral. Um lado afirma que esta crise se supera ampliando os esforços de inclusão e direitos sociais, rumo a uma democracia de maior densidade. Outro lado propugna pelas ações com certo ar de volta ao passado, com apelos nacionalistas, xenófobos, sexistas, racistas, no limite fascistas. A causa da crise para este agrupamento está ligada a perda de autoridade em todos os níveis.

O embate que tem dominado a cena é entre religiosos pentecostais e grupos LGBT. Percorrendo ambientes web específicos de cada um dos dois agrupamentos e notícias de jornais não há como deixar de lembrar a obra “Os estabelecidos e os outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000). Através de uma artilharia pesada em relação ao outro, cada grupo busca aumentar sua coesão interna. Há um intenso investimento em mostrar a normalidade de seu grupo e o desvio do grupo oponente. No caso LGBT, a normalidade que avança em seu interior, com o casamento, a possibilidade de adoção, os direitos conquistados em matéria previdenciária, a exposição de “bons exemplos” em novelas. E o ataque a sede de lucro dos evangélicos pentecostais, com farta divulgação de vídeos de estratégias de “arrancar dinheiro” dos fiéis. No caso dos evangélicos a reiterada conexão entre homossexualidade e desvios como uso de drogas, criminalidade, pedofilia, prostituição. E a apresentação da família evangélica como o mais adequado pilar da sociedade. A fricção entre os grupos promove também cisões internas. No caso dos evangélicos, aumentam as tensões internas por conta da associação entre ser pastor e ser corrupto e ávido por dinheiro. No caso do agrupamento LGBT as teorizações e o ativismo queer questionam a adesão a norma como forma de inserção social.

Por fim, retomamos a conexão principal: os temas de gênero e sexualidade chegaram ao terreno da alta política, e dizem respeito hoje em dia aos rumos de nossa democracia. Os movimentos que aqui chamo “de subtração”, ou seja, retirar a ideologia de gênero, retirar a política via programa escola sem partido, reforçam certa noção de que educar é atividade técnica, e não política, e seria mais bem feita em ambiente de neutralidade. A “inclusão” da política é vista como algo matreiro, subliminar, e veja-se que isso parte de políticos profissionais, que talvez com isso queiram sinalizar que apenas no parlamento e nos partidos é apropriado fazer política, fora dali a política não pode ser exercida. Parte do pânico moral espalhado pelas forças conservadoras em afirmações do tipo “vivemos uma ditadura gayzista” é pânico moral em relação a ampliação da democracia, o pânico moral das inclusões de sujeitos e da possibilidade de vidas viáveis para negros, travestis e transexuais, gays, lésbicas, nordestinos, pobres em geral. É o momento para aprofundar conexões entre luta feminista, pautas de gênero e sexualidade, cidadania e política democrática radical:

É importante ressaltar aqui que, se afirmamos que o exercício da cidadania consiste em identificar-se com os princípios éticos e políticos da moderna democracia, devemos reconhecer também que pode haver tantas formas de cidadania quantos forem as interpretações destes princípios, e que uma interpretação democrática radical enfatizará as numerosas relações sociais nas quais existem situações de dominação que devem ser questionadas se forem aplicados os princípios de liberdade e igualdade. Isto indica o reconhecimento comum, dos diferentes grupos que lutam por uma extensão e radicalização da democracia, de que possuem uma preocupação comum, e levará à articulação das exigências democráticas reivindicadas por diferentes movimentos: as mulheres, os trabalhadores, os negros, os homossexuais, os ecologistas, assim como outros “movimentos sociais novos”. O objetivo é construir um “nós” como cidadãos democráticos radicais, uma identidade política coletiva articulada mediante o princípio de *equivalência* democrática. Deve-se sublinhar que tal relação de *equivalência* não elimina as diferenças porque, caso contrário, seria simples identidade. Somente na medida em que as diferenças democráticas se oponham às forças ou discursos que negam todas elas, essas diferenças serão substituíveis entre si. (MOUFFE, 1999, p. 42)

A conexão que se esboça cada vez com mais força entre lutas de gênero e sexualidade e densidade democrática pode ter potencial para a construção desse nós, no qual ingressam não apenas atores sociais dessas lutas, mas de muitas outras lutas contra dispositivos que ferem a igualdade e a liberdade. Conforme se vislumbra em muitos movimentos sociais, as reivindicações largamente excedem a estrutura jurídico formal, o que levanta novas questões:

Eu tenho uma questão crucial: nós queremos um reconhecimento legal, que seja esse o objetivo da nossa luta política? A visão política pode exceder esta esfera do domínio legal. Nem toda liberdade política pode ser garantida ou, de certa forma, nomeada pela lei. As transformações

políticas não são a mesma coisa que uma reforma legal. Devemos ter em conta que buscamos ter relações íntimas que não estejam regradas pelo casamento. Muitas vezes queremos certa proteção legal com um reconhecimento legal. Também nós queremos continuar vivendo e amando fora de zonas jurídicas e legais. (BUTLER, 2015)

Esse complexo de questões, no atual momento político brasileiro, tanto pode apontar para um retrocesso, como para criação de novas formas de ativismo em gênero e sexualidade, descortinando novos cenários de pesquisa. São questões para pensar.

4. Referências

BUTLER, Judith. “Queremos continuar vivendo e amando fora de zonas jurídicas e legais”. Entrevista realizada com Judith Butler, disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/547462-queremos-continuar-vivendo-e-amando-fora-de-zonas-juridicas-e-legais-entrevista-com-judith-butler> (acesso junho 2016)

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e o outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2000

FERREIRA, Izalci Lucas. PROJETO DE LEI Nº 867 DE 2015. (Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"). Brasília, Câmara Federal, 2015. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> (acesso junho 2016)

KARNAL, Leandro. A detração: breve ensaio sobre o maldizer. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2016

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. Debate Feminista. São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47, 1999.

NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido? Jornal Sul21, 2016. Disponível em <http://www.sul21.com.br/jornal/qual-o-partido-da-escola-sem-partido-por-fernando-nicolazzi/> (acesso junho 2016)

SANTANA, Erivelton. PROJETO DE LEI 7180 DE 2014. (Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.). Brasília, Câmara Federal, 2014. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1232338.pdf> (acesso junho 2016)

SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/IntroDemoPT.pdf> (acesso junho 2016)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade, v.20, n.º 2, julho/dezembro de 1995, pp. 71-99 Porto Alegre, UFRGS/FACED